

**FEMINISMO: NASCIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DO MOVIMENTO SOB UMA  
PERSPECTIVA HISTÓRICA, SOCIAL, POLÍTICA E FILOSÓFICA.**

***FEMINISM: BIRTH AND STRUCTURING OF THE MOVEMENT FROM A HISTORIC,  
SOCIAL, POLITICAL AND PHILOSOPHICAL PERSPECTIVE.***

*Regiane Clarice Macêdo Callou<sup>1</sup>  
Larissa Alves Sampaio Benell<sup>2</sup>  
Dayanne Rakelly de Oliveira<sup>3</sup>  
Grayce Alencar Albuquerque<sup>4</sup>  
Glauberto da Silva Quirino<sup>5</sup>*

**RESUMO**

O feminismo pode ser definido como um movimento de luta e combate as desigualdades de direitos entre mulheres e homens. Trata-se de uma construção coletiva devendo repercutir em práticas mais humanitárias, na medida, em que busca práticas que promovam mais igualdade. Pensado assim, este movimento se estruturou socialmente através de políticas, que são viabilizadas por construções teórico-filosóficas-reflexivas, mas, sobretudo, por processos sociais materializados cotidianamente ao longo dos anos. Este ensaio buscou por meio de uma varredura na literatura pertinente a temática construir discussões cujo propósito é estabelecer as dimensões estruturais deste movimento a partir de uma perspectiva histórica, social, política e filosófica.

**Palavras-chave:** Feminismo, história, social, política, filosofia.

**ABSTRACT**

The Feminism can be defined as a movement to fight and combat inequalities of rights between women and men. It is a collective construction that should have repercussions on more humanitarian practices, insofar as it seeks practices that promote more equality. In this way, this movement was socially structured through policies, which are made possible by theoretical-philosophical-reflective constructions, but, above all, by social processes materialized daily over the years. This essay sought by means of a scan in the pertinent literature the theme to build discussions whose purpose is to establish the structural dimensions of this movement from a historical, social, political and philosophical perspective.

**Keywords:** Feminism, history, social, politics, philosophy.

1. Enfermeira, especialista em Urgência e emergência e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da URCA  
2. Enfermeira, Doutora em Ciências Biológicas: Bioquímica Toxicológica pela Universidade Federal de Santa Maria, Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri; Docente do Mestrado Acadêmico em Enfermagem (URCA); Docente do Mestrado em Saúde da Família - RENASF (URCA) e docente colaboradora do Mestrado profissional em Saúde da Criança (UECE/URCA). Coordenadora do Programa de Residência Uniprofissional em Enfermagem Obstétrica (URCA).

3. Enfermeira, Doutora em Ciências Biológicas: Bioquímica Toxicológica pela Universidade Federal de Santa Maria, Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri; Docente do Mestrado Acadêmico em Enfermagem (URCA); Docente do Mestrado em Saúde da Família - RENASF (URCA) e docente colaboradora do Mestrado profissional em Saúde da Criança (UECE/URCA). Coordenadora do Programa de Residência Uniprofissional em Enfermagem Obstétrica (URCA).

4. Enfermeira, Doutora em Ciências da Saúde – FMABC, Professora Adjunta do Curso de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri (URCA), Docente permanente do Mestrado Acadêmico de Enfermagem e do Mestrado em Saúde da Família - RENASF (URCA) e, Coordenadora do Observatório da Violência e Direitos Humanos do Cariri – URCA, Líder do Grupo de Pesquisa Sexualidade, Gênero, Diversidade Sexual e Inclusão (GPESGDI).

5. Enfermeiro, Doutor em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde pela Universidade Federal de Santa Maria (2012) e pós-doutor em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará. Professor Adjunto do Departamento de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri. Professor Permanente do Mestrado Acadêmico em Enfermagem, do Mestrado Profissional em Saúde da Família, da Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (RENASF), nucleadora URCA e do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri

## **INTRODUÇÃO: considerações acerca do feminismo**

Feminismo se constitui, segundo Tiburi (2018), numa das palavras mais amada e odiada dos últimos tempos e sobre a qual muito tem se falado e discutido. De fato, as discussões acerca desse termo nas mídias, sobretudo nas redes sociais, tem sido constantes. Mas afinal, o que é o feminismo? Quais as correntes do pensamento filosófico que influenciaram na estruturação desse movimento? O que ele propõe? O que trouxe de novo, ou o que acrescentou na vida e na saúde das mulheres? Esses são questionamentos importantes se quisermos entender esse movimento, bem como suas repercussões.

Sendo assim, a partir de tais questionamentos apontam-se como objetivos do presente estudo: Refletir sobre a origem do feminismo, conceituando-o, bem como discutir acerca de como surge esse movimento, suas concepções histórica, filosófica, social e política. Por fim, pretende-se ainda, estabelecer importantes reflexões acerca da influência desse movimento no campo da saúde das mulheres.

Para tanto, buscou-se no extenso arcabouço literário atinente a temática, estruturar um ensaio que buscasse desvendar o feminismo sob uma ótica histórica, social, política e filosófica. Dessa forma, o estudo foi organizado didaticamente em tópicos, que buscam estabelecer tais discussões.

Mas antes, iniciaremos nossas considerações buscando conceituar esta palavra, pois conforme, Freitas 2015, nossas identidades e práticas sociais se constituem e são posicionadas no mundo através da linguagem. De forma que, entender a formação linguística/histórica de uma palavra, constitui-se no primeiro passo para refletir sobre os significados que essa palavra assume nos mais diversos contextos (FREITAS, 2015).

Segundo Muzart (2002) foi Charles Fourier (1772-1837) o criador do vocábulo “feminismo”, o qual se tornou corrente na prática política e social no final do século XIX. A historiadora e filósofa francesa Geneviève Fraisse, (1989), afirma, porém, que este termo foi utilizado pela primeira vez por Alexandre Dumas Filho, em seu panfleto “O homem-mulher”, de 1872, com objetivos políticos e jornalísticos. Já Garcia (2015), informa que o emprego primário deste vocábulo teria acontecido nos Estados Unidos por volta de 1911, quando escritores começaram a usá-lo para designar um novo movimento na história das lutas pelos direitos e liberdades das mulheres. Segundo a autora citada, este termo passou a substituir expressões como “movimento das mulheres” e “problemas das mulheres”.

Apesar das divergências históricas quanto à origem do termo e sua eventual utilização primária, o mesmo nasce no final do século XIX e início do século XX, (GHANDI, 2018) e define-se a partir de então, como um movimento de luta e combate as desigualdades de direitos entre mulheres e homens. Trata-se de um pensamento a ser idealizado e reproduzido em práticas cotidianas, cujo objetivo primordial seja o de promover a igualdade de direitos, de todos eles, entre os gêneros. (GARCIA, 2015; BIROLI; MIGUEL, 2014).

Tiburi (2018) numa definição mais “abstrata” o caracteriza como um significante que a sociedade

preenche com seus desejos, saberes e ignorâncias, fundando uma rede, a qual pode contribuir para uma visualização mais didática do contexto no qual se insere nossas relações hoje. Garcia (2015) complementa atribuindo ao feminismo um caráter de reflexão crítica, a qual deve ressaltar as tensões e contradições que encerram todos os discursos que de forma intencional confundem o masculino com o universal.

Sobre o pensamento feminista, Torres (2014) aponta que o seu entendimento perpassa por um processo de transformação, de tentar compreender as suas idas e vindas, assimilando suas conquistas e derrotas, os seus valores e desvalores, as suas vias e desvios, a sua diversidade e flexibilidade, a sua continuidade sociopolítica e a descontinuidade de seus estilos, o seu questionamento sobre a dicotomia conceitual entre teoria e prática. Enfim, pensar o feminismo é procurar entendê-lo como um movimento sempre em movimento (TORRES, 2014).

Essas serão, portanto, as concepções de Feminismo adotadas neste estudo, ou seja, aquelas que o propõe como um movimento social e político, construído coletivamente e que deva repercutir em práticas mais humanitárias, na medida, em que promovam mais igualdade. Sendo assim, as discussões aqui estabelecidas visam discorrer sobre como nasce este movimento desvelando o contexto social e político sobre o qual se alicerça o pensamento feminista, bem como as correntes filosóficas que influenciaram o mesmo.

### **PARTEJAR DO FEMINISMO: como nasce esse movimento? contextualização histórica, social, política e filosófica.**

Para iniciarmos nossas discussões acerca do nascimento do feminismo recorreremos a Foucault e sua perspicaz observação sobre a construção social de verdades e sua relação com as estruturas de poder que a sustentam. Assim, afirma ele: A verdade está ciclicamente relacionada a sistemas de poder, que a produzem, apoiam, bem como aos efeitos de poder que ela própria induz e que a reproduzem (FOUCAULT, 1988). Dessa forma, conclui ele, o homem se torna vítima de si mesmo quando aceita o erro como uma verdade, ou a mentira como uma realidade posta.

Partindo do pressuposto de que uma verdade construída numa estrutura de poder serve aos interesses de quem a constrói e propaga, entendem-se como as sociedades têm reproduzido as construções sociais em torno do binômio homem/mulher. Conforme Beauvoir, 1980 “representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com a verdade absoluta” (BEAUVOIR, 1980, v. 1, p.183).

Swain (2017), corroborando com a autora acima citada, afirma que a demarcação dos papéis e atribuições sociais são a causa e consequência da construção social que atribui a mulher as características de inferioridade, falta de razão, de tino, de força, de criatividade, entre outros. Segundo ela, estas são característica, cujas sociedades, através dos mecanismos de poder que dispunham – a saber:

o “conhecimento” científico e religioso, e o domínio das estruturas da política – entre outros, atribuíram ao homem.

Esse contexto de discriminação e subjugação com a figura da mulher, de relegar a ela a função de procriadora e detentora dos saberes necessários ao “bom funcionamento do lar”, é fruto de uma construção histórica alicerçada nos preceitos de uma sociedade patriarcal, os quais foram propagados, através de narrativas históricas, por aqueles a quem interessava a conformação de uma sociedade nesses moldes: o próprio homem (GARCIA, 2015; SWAIN, 2017). Sobre o patriarcado, adotaremos neste estudo as considerações de Castells (2001), segundo o qual o patriarcalismo se expressa:

(...) pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo (CASTELLS, 2001, p. 169).

Sobre aqueles preceitos, Torres (2014), corrobora que nesta estrutura patriarcal existe uma suposta naturalização, apoiada na determinação biológica de diferenciação entre os gêneros. Tal processo acaba, segundo ele, reforçando preconceitos e criando estereótipos para homens e mulheres. Assim, a diferença biológica tem alicerçado a desigualdade social e a revestido de uma aparente naturalidade (TORRES, 2014).

Foi em contestação a essa concepção patriarcal, da opressão, dominação e exploração da mulher, que emerge o movimento feminista. Ademais, essa tomada de consciência das mulheres, enquanto coletivo humano, de que foram e são objetificadas e subjugadas por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado, em diferentes momentos históricos, foi a mola propulsora ao surgimento desse movimento. A partir dessa consciência coletiva, as mulheres passaram a lutar em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que seriam necessárias para este fim (TIBURI, 2018; GARCIA, 2015; TAVARES, 2011).

Contudo, apesar de se considerar que o fim do século XVIII marca o início do feminismo como movimento coletivo organizado a partir dos ideais revolucionários da revolução Francesa, que mais tarde foram suprimidos pelos próprios revolucionários, é importante destacar que o mesmo não eclode da noite para o dia. Ele foi construído ao longo da história por meio de lutas, inicialmente pontuais, em diferentes cenários, tendo sido influenciado por diferentes pensadoras, até se estruturar de forma coletiva e organizada na Europa moderna nos séculos XVIII e XIX (TELES, 2017; GARCIA, 2015).

Barcella e Lopes (2017) trazem em seu livro *Lute como uma garota*, 60 mulheres que protagonizaram o movimento feminista internacional. Apresentam as pré-modernistas que se destacaram na luta pelos direitos elementares de mulheres e que juntas construíram um valioso arcabouço teórico para sedimentar e embasar valores e conceitos ao movimento feminista. Entre as citadas as autoras

destacam as valiosas contribuições de Christine de Pizan, Marqueza de Rambaullet, Madeleine Scudéry, Lucrecia Marinelli, Louise Labé, Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft e Nísia Floresta, entre outras.

Estas mulheres iniciaram a discussão/contestação de conceitos e pressupostos que mais tarde seriam aprofundados e sedimentados no movimento feminista, tais como: a naturalização da superioridade masculina como uma questão biologicamente determinada, a contestação da ausência do direito da mulher sobre seus corpos, a construção social da identidade da mulher relacionada a característica de fraqueza e submissão, a ausência de direitos políticos e, portanto, de cidadania, entre outros (GARCIA, 2015).

O movimento de busca e reconhecimento desta cidadania e todas as prerrogativas que esta condição podia auferir, tal como: Direito ao voto, direito a propriedade, direito ao ensino e educação regulares, foram inicialmente, a primeira pauta do movimento feminista, entre meados do século XIX e início do século XX. Esse início do movimento se inscreveu na história como a “primeira onda do feminismo” ou sufragismo e eclodiu inicialmente na Europa, se estendendo posteriormente a outros continentes, principalmente na América estadunidense (GHANDI, 2018; GARCIA, 2015).

Tal movimento foi influenciado na Europa, sobretudo na França, pelos ideais de igualdade propagadas na revolução francesa. A pauta em questão era equiparação dos direitos das mulheres ao dos homens. Contudo, essa revolução representou conforme Garcia (2015) e Miguel e Biroli (2014) uma importante derrota ao movimento feminista mundial, tendo em vista os preceitos machistas e repressores deflagrados pelos revolucionários. Entre as derrotas imputadas ao movimento, Garcia cita: o fechamento do clube de mulheres pelos jacobinos, a proibição explícita de feministas em atividades políticas, a promulgação do novo código civil napoleônico, no qual o casamento se converteu em um contrato desigual em que a mulher deveria obediência ao seu marido, não podendo divorciar-se dele (GARCIA, 2014).

Esse foi o contexto social, político e histórico que favoreceu ao surgimento deste importante movimento social na Europa. Contudo, o sufragismo feminista teve seu maior furor nos Estados Unidos e Inglaterra no final do século XIX e início do século XX. Nestes cenários, esse movimento se rebelou atrelado a outro importante movimento social: A luta abolicionista. Reconhecer os negros como cidadãos detentores de direitos convergiu inicialmente ao propósito de feministas que queriam a mesma coisa para o seu sexo (ALVES e PITANGUY, 2017).

Entretanto, tal como ocorreu às francesas, as americanas também se sentiram traídas pelos abolicionistas, uma vez que ao passo que conseguiram direito ao voto, os homens negros não manifestaram apoio as feministas para que elas conseguissem o mesmo, pois temiam perder o direito recentemente conquistado. Dessa forma, preferiram calar-se quanto as pautas das mulheres. Estas, por sua vez, viram mais do que nunca a urgência em estruturar ainda mais o movimento e concluíram que a luta precisaria continuar, buscando formas de fortalecer o movimento, passaram a se articular cada vez mais (GARCIA, 2015; ALVES e PITANGUY, 2017).

Esse foi, portanto, o contexto histórico social e político em que emerge o movimento feminista no ocidente. Dentro desse cenário algumas correntes filosóficas tiveram seus preceitos incorporados por esse movimento, na medida em que propunham ideais, que também refletiam a luta das feministas.

Nessa primeira fase ou onda, o liberalismo político e filosófico, trazidos com o iluminismo, foi a corrente de maior destaque entre as pensadoras. Esse pensamento emerge com o desenvolvimento do capitalismo na Europa, opondo-se aos valores feudais-patriarcais alicerçados na desigualdade. Em oposição a esses valores feudais, a filosofia liberal fez dissipar-se os ideais de igualdade e liberdade, que seriam inerentes aos seres humanos. Foram esses valores que serviram de arcabouço as reflexões das feministas dessa época como Mary Wollstonecraft (GHANDY, 2018).

Contudo há que se considerar que embora defendesse a igualdade e liberdade como princípios sociais a serem atingidos, os principais filósofos dessa corrente não reconheciam que tais direitos deveriam se estender também as mulheres. Ao contrário disso, John Locke e Jean Jacques Rousseau defendiam a submissão das mulheres aos seus maridos, bem como sua natural pré-disposição aos cuidados com o lar, entendendo que esse comportamento era fundamental ao pleno desenvolvimento da sociedade sob princípios liberais (EISENSTEIN, 1980).

Apesar disso, tais ideais foram incorporados pelas feministas e embasaram suas propostas de emancipação, conquistas, autonomia e liderança sobre si mesmas, bem como a busca por direitos de cidadania que pudessem colocá-las em melhores condições sociais (CYFER, 2010).

Compiladamente, esse foi o cenário de “surgimento” do movimento feminista nos séculos XVIII e XIX, o qual nasce atrelado a um contexto de lutas, fervor filosófico e ruptura de sistemas de produção. As feministas que inicialmente contestaram o papel social desempenhado pelas mulheres do seu tempo eram, sobretudo, as cultas. “Mary Wollstonecraft, por exemplo, pertencia ao setor radical da aristocracia intelectual na Inglaterra que apoiava a Revolução Francesa e Americana” (GHANDY, 2018).

Essa é, aliás, a principal crítica a essa onda do movimento, ou seja, ele surge atrelado a uma minoria de mulheres intelectuais, as quais tiveram acesso ao que a maioria das suas “companheiras de sexo” não dispunham: educação formal (GARCIA, 2015).

Sobre essa crítica, Pinto (2010) refere que a primeira onda feminista se inseriu na história atrelada “ao interesse das mulheres brancas de classe média” por que apresentavam em suas reivindicações pautas que incluíam necessidades de igualdade formal inclusiva. Para ele, tal necessidade não apresentava capacidade de desmembrar, ou desestruturar o patriarcado que se construiu historicamente.

Entretanto, não se pode descartar a importância histórica desse movimento, tendo em vista que, apesar de ter em suas pensadoras, mulheres de características sociais diferenciadas da maioria, colocaram em pauta questões universais ao seu sexo. Teorizaram sobre imposições milenares, as quais não haviam pelo menos de forma organizada e com tanto poder de alcance, sido ainda questionadas. Dessa forma, estas mulheres plantaram as sementes questionadoras, que mais tarde seriam ainda mais problematizadas e discutidas no que ficou conhecido como a segunda onda do feminismo e sobre a qual discorreremos

mais adiante.

## **SEGUNDA E TERCEIRA ONDA: depois do voto, o “tudo”**

O sufrágio, apesar de suas limitações, repercutiu positivamente na vida das mulheres e deixou grandes legados, entre os quais, a conquista do direito ao voto e a importante lição de que os esforços não seriam em vão. A forma pacífica com que protestavam as feministas, através de movimentos organizados, greves de fome, contestação sem uso de força, ainda hoje é referência em luta democrática.

As décadas seguintes ao movimento sufrágista tem-se o “estabelecimento” formal de que as reivindicações das mulheres foram atendidas. Dessa forma, as mulheres podiam votar e serem votadas, ingressar nas instituições escolares, participar do mercado de trabalho. O sistema social e político (tanto o capitalista quanto o socialista) absorveram, de alguma forma, estas conquistas, que implicam no “reconhecimento de sua cidadania” (ALVES e PITANGUY, 2017).

Mas estas décadas representaram anos de um relativo “esfriamento” do movimento como um todo. Para Pinto (2010), após a primeira onda, tanto na Europa e nos Estados Unidos quanto no Brasil, as feministas perdem força entre as décadas de 1930 e 1960, o que leva ao arrefecimento do movimento como um todo.

Isso se deu pela conjuntura mundial. Nesse novo cenário, os eventos mundiais, como a segunda guerra, deixaram em segundo plano, as reivindicações de movimentos sociais, inclusive o feminismo. Contudo, finalizado a guerra ocorre o retorno dos homens e estes passam a assumir os postos de trabalhos ocupados até então por mulheres. Estas vão agora formar o excedente de mão de obra necessário ao capitalismo. Dessa forma, são influenciadas e direcionadas a retornarem aos trabalhos domésticos e isso é feito, entre outras coisas, através de forte apelo midiático (ALVES e PITANGUY, 2017).

Esse fato contribui para aumentar as tensões já existentes entre homens e mulheres. As mulheres enxergam mais claramente a discriminação imposta pelo patriarcado, quando são dispensadas de seus postos de trabalho para ceder o lugar aos homens desempregados do pós-guerra. Um grupo de operárias passa então a questionar tais ações e isso vai contribuir para as novas discussões feministas (PINTO, 2010; GARCIA, 2015).

Nesse período de transição entre o primeiro e o segundo momento uma voz se rebela: Simone de Beauvoir. Ela lança em 1949, um livro que estrutura as bases reivindicatórias do segundo momento da revolução feminista: O segundo sexo. Nele, a autora argumenta em favor da liberdade feminina, denunciando as raízes culturais da desigualdade sexual. Seus pressupostos constituem importante arcabouço teórico para o ressurgimento do movimento na década de 60 (GARCIA, 2015; TAVARES, 2017; ALVES e PITANGUY, 2017).

De toda forma, passaram-se os anos e a mulher continuava a ter pouca representatividade em cenários políticos, intelectuais, bem como no mercado de trabalho. E embora tivessem ocupado postos

industriais “ociosos” pela ausência de homens, que se encontravam servindo aos seus países na guerra, estava claro que a simples obtenção do direito ao voto não mudaria de forma estrutural as raízes do patriarcado. Era preciso avançar, mudar os mecanismos que permitiam ao homem o domínio das estruturas de poder, enquanto a mulher era dispensada o papel de auxiliá-los nesse domínio (GARCIA, 2015).

Ademais, o mundo passava na década de 60 por transformações de várias ordens, as quais fizeram ressurgir um cenário propício a novas contestações e lutas. Nos Estados Unidos, a guerra do Vietnã se estendia e deixava cada vez mais inconformado os/as americanos/as. Nesse mesmo país o movimento Hippie surgia propondo um novo estilo de vida e desafiando o estilo consumista americano. Nos primeiros anos dessa década foi lançada a pílula anticoncepcional, primeiro nos Estados Unidos, e logo depois na Alemanha. Na França ocorreu ainda o maio de 68, um importante movimento estudantil que pôs em cheque as estruturas educacionais milenares (PINTO, 2010).

É nesse contexto de efervescência cultural e política e de resgate dos movimentos sociais que eclode a segunda onda do movimento feminista. Situada historicamente no final da década de 1960, constitui-se numa nova tomada de consciência do movimento como um todo. As manifestações dessa fase vão englobar diversas frentes de luta, as quais vão procurar denunciar o patriarcado como expressão do poder político exercido pelo homem (SAFFIOTI, 2004; COSTA, 2009). Essa fase do movimento incorpora as conquistas da primeira, mas impõe novas demandas.

Assim, enquanto que a primeira onda feminista se caracteriza pela busca em eliminar às diferenças discriminatórias e insustentáveis entre homens e mulheres, a segunda onda, voltou seu foco para as questões mais privadas e mais centradas no corpo da mulher, preocupando-se mais com as diferenças relevantes entre os sexos (SIQUEIRA, 2015).

Dessa forma, fica claro para nós que as questões a serem tratadas nessa fase se detinham no que era característico da mulher, de modo que as pautas reivindicassem o reconhecimento das peculiaridades femininas, sem, no entanto, atribuir a tais peculiaridades a inferioridade de sempre. Pelo contrário, tais particularidades conferiam a mulher um corpo, uma história que sempre fora subordinada ao homem no centro do patriarcado e tal subordinação precisaria ser contestada.

Foi a partir de tais concepções que o movimento feminista adotou entre suas principais pautas o direito de a mulher decidir sobre sua vocação ou não para maternidade, sendo a defesa da legalização do aborto uma questão fortemente discutida a esta altura. Ademais, as mulheres passaram a reivindicar seu protagonismo na sua própria sexualidade, passando a discutir entre outras coisas: orgasmo feminino, satisfação pessoal e profissional e a ampliação dos postos de trabalho para além da esfera doméstica (PINTO, 2010. GARCIA, 2015). Conforme conclui Pedro (2005, p. 79) A segunda onda feminista “deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado”.

Outra questão de destaque na segunda onda foi a crítica do movimento pelas próprias feministas. Parte delas, influenciadas por outras organizações políticas e movimentos sociais, passam a questionar



seu caráter burguês-liberal, fazendo recortes de classe e raça, relações de poder e transversalidade de opressões estruturais para além do gênero (BITENCOURT, 2015).

Essa, aliás, é a principal característica desta fase do feminismo, ou seja, o pluralismo. Desta forma, o movimento assiste a elevação das vozes de negras e pobres, bem como de lésbicas, que antes eram subjugadas dentro do próprio movimento. Essa característica de multiplicidade se deu também nas correntes filosóficas que influenciaram essa onda do movimento.

A heterogeneidade, que caracterizou essa onda, foi de extrema importância também a fundamentação filosófica da mesma, pois trouxe para o movimento um esforço maior para teorizar sobre a condição da mulher. Essas feministas recorreram a filosofia com propósito de fundamentar melhor suas abordagens (GANDHY, 2018).

Assim, procuraram através de uma filosofia de libertação, trabalhar com várias correntes filosóficas, as quais, na concepção delas, poderiam dar maior visibilidade ao movimento. As correntes como marxismo, anarquismo, existencialismo, entre outras, foram adotadas e estudadas pelo feminismo em diversas partes do mundo (GANDHY, 2018).

Nesse sentido, percebe-se que a teoria marxista voltou-se de forma consistente para a busca de transformações e mais ainda para superação da sociedade burguesa. Assim, objetivou claramente a intervenção política, com vistas a promover um processo revolucionário, que seria alcançado através do compromisso e dos interesses da classe trabalhadora (CISNE e GURGEL, 2008).

A perspectiva Marxista trás como grande contribuição ao movimento uma crítica ao pensamento conservador/patriarcal. Nesta teoria a condição social da mulher ganha um destaque especial no livro de Engels “A origem da família, da propriedade privada e do estado”. Nele o autor cita como marco inicial da luta de classes a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres ao homem. Tal postulado da opressão específica foi melhor estudado e trabalhado pelas feministas Marxistas entre 1960 e 1970 (MORAES, 2000).

Contudo, a teoria Marxista teve suas limitações nas questões relativas as pautas do movimento feminista em si. Essa limitação se deu, principalmente, pela redução feita por tal teoria a opressão feminina a uma única dimensão. Sendo assim, não houve isolamento dos diferentes elementos da condição feminina que formam a estrutura resultante na opressão. Tais elementos decorrem de uma dialética complexa entre papéis e lugares socialmente atribuídos as mulheres, quais sejam, o lugar de produção de bens (a qual se detém a teoria socialista de Marx e Engels), a sexualidade e o cuidar das crianças (MORAES, 2000).

Apesar de tais limitações, esta teoria influenciou durante muito tempo e, ainda influencia um grupo de feminista, as quais buscam de forma mais incisiva e com organização política o combate a subordinação da mulher pelo homem. Tais mulheres são classificadas dentro do próprio movimento como “radicais”, tendo em vista que propõe remodelar a sociedade e reestruturar suas instituições através da substituição das relações hierárquicas de poder. Tais mulheres propõe, dessa forma, que as mulheres

possam assumir nos espaços políticos e postos de emprego os lugares que até então só se destinava aos homens (GANDHY, 2018).

O movimento feminista foi também influenciado pelo anarquismo, que considera todas as formas de governo como autoritárias e a propriedade privada como tiranias. Dessa forma, feministas partilham com o anarquismo algumas ideias em comum, que são: A crítica das relações de poder e dominação das sociedades, bem como, o ideal de uma sociedade alternativa, igualitária e não autoritária, de forma que a liberdade plena seja possível (GANDHY, 2018).

Para anarquista, bem como para as feministas que se utilizaram de seus pressupostos para sistematizarem suas críticas, como Emma Godman, a dominação e a subordinação são características subjacentes as estruturas sociais impostas e ou reforçadas pelo estado. Tal imposição se deu, principalmente, através da coerção econômica, constituindo-se dessa forma nas raízes que levam também a dominação ideológica (GANDHY, 2018).

Por fim, a última corrente abordada por nós nessa fase será o existencialismo. Esta, que tem na defesa da liberdade sua maior premissa, deu ao movimento uma de suas mais expoentes filósofas, a grande Simone de Beauvoir. Esta pensadora teorizou sobre a condição da mulher e sua subordinação ao homem. Para esta autora, as construções sociais é que atribuem à mulher as características que a configuram como inferior ao homem, como fragilidade, feminilidade, entre outras. Essa feminista abordou como a opressão feminina está relacionada a estruturação do mundo por homens (GARCIA, 2015; ALVES;PITANGUY, 2017).

Sua obra ainda hoje é referência para feminista em todo mundo. Seu livro: o segundo sexo, constitui-se numa das obras mais importantes do movimento e foi um dos livros que mais influenciou a retomada do movimento feminista da década de 60. Assim, essa mulher se inscreveu na história como uma das maiores pensadoras feministas de todos os tempos (ALVES E PITANGUY, 2017).

Outras correntes filosóficas também subsidiaram o pensamento feminista ao longo de sua história. Optamos por teorizar sobre estas, pois entendemos que são elas as que mais contribuições trouxeram ao movimento. Há que se fazer uma crítica ao pensamento filosófico no tocante as questões feministas, pois este foi sempre preponderantemente masculino e durante muito tempo, como vimos, deixou de lado as questões de opressão baseada no sexo.

Conforme Gandhi, 2018, as filósofas feministas se aproximaram de diversas correntes do pensamento filosófico para teorizar sobre a condição da mulher. Como visto, beberam nas fontes do liberalismo, marxismo, existencialismo e anarquismo, entre outras. No entanto, a maioria concluiu que a filosofia tradicional esteve sempre enviesada a um cenário masculino, no qual os conceitos revelam uma forma ainda muito masculina de se aproximar do mundo (GANDHI, 2018). Disso resulta seus esforços adicionais em teorizar o movimento sob perspectivas próprias.

Contemporaneamente o movimento feminista é caracterizado por uma busca em se trabalhar as questões de gênero sob uma perspectiva mais particular. Essa característica de se estudar o ser humano

sob a ótica das construções sociais alicerçadas nos papéis de gênero caracteriza o que muitos autores têm chamado da terceira onda do movimento feminista (GARCIA, 2015).

Essa fase teve entre suas maiores premissas a constatação de que o gênero não se constitui numa categoria atribuída ao sexo biológico. Sendo assim, sugerem que os papéis sociais estariam relacionados as construções feitas pela sociedade para os gêneros a partir de uma perspectiva sexista. Dessa forma, um dos maiores objetivos das teóricas dessa onda seria desarticular ou pelo menos desestabilizar o gênero enquanto categoria fixa e imutável (MACEDO, 2006).

As principais filósofas contemporâneas do movimento feminista são pós-estruturalistas, e propõe a desconstrução da análise literária feminista, atribuindo ao texto uma pluralidade de sentidos. Para elas a realidade é considerada como uma construção social e subjetiva, em constante processo de (des/re) construção.

Neste aspecto, as autoras Susan Bordo, Elizabeth Grosz, Judith Butler e Donna Haraway tiveram enorme destaque na produção intelectual. Estas autoras trabalham na perspectiva de formular novas categorias de análise à dominação masculina na atualidade, propondo uma ressignificação dos gêneros numa conjuntura pós-identitária, como a Teoria Queer.

Assim, o fim dos anos 80 e início da década de 90 ocorre a mudança no discurso sobre o Gênero. Passa-se de um paradigma de igualdade, que foi preponderante no discurso feminista desde as suas origens, e reforçado na segunda onda, a qual introduziu um conceito operativo de gênero, para uma ênfase na diferença, convergindo assim com a tendência geral da Pós-Modernidade. Tal tendência tem procurado pulverizar os discursos científicos e sociais, bem como das próprias Identidades (GOMES, 2015).

Nessa nova e atual fase tem ocorrido o ganho de autonomia e destaque de outros grupos dentro do movimento feminista. Esse é o caso de mulheres negras, lésbicas e trabalhadoras rurais. É nesse momento que se reconhece, de forma mais clara, a diversidade de mulheres dentro do movimento, o qual aqueles que idealizaram o conceito de gênero pareceram esquecer (COSTA, 2009).

Suscintamente, essa foi à conjuntura histórica, social, política e filosófica em que se estrutura o pensamento feminista contemporâneo. Um cenário constituído de mudanças rápidas, intenso desenvolvimento tecnológico e forte influencia dos meios de comunicação na vida das pessoas. Todo esse contexto tem feito às teorias feministas adentrar cada vez mais na vida das pessoas, ao mesmo tempo em que atinge um número cada vez maior de mulheres e homens.

Disso resulta que as mulheres têm se apropriado cada vez mais dos seus corpos e isso tem refletido de forma bastante positiva na sua percepção de saúde. Ademais, a luta feminista foi capaz de influenciar algumas políticas públicas de saúde e é sobre essas repercussões do movimento feminista que iremos refletir nas considerações desse trabalho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: reflexões acerca do feminismo e sua relação com a saúde das mulheres**

Até aqui nos foi possível identificar os cenários em que mulheres, indignadas com sua colocação social, se organizaram e de forma gradual deram origem a um dos movimentos mais revolucionários da história. Vimos como a filosofia ajudou as teóricas do feminismo a formularem e discutirem as concepções que estruturaram seus pensamentos ao longo da história.

Nesse momento passaremos a refletir sobre a importância desse movimento para a saúde das mulheres. Assim, cabe-nos aqui indagar como a teoria feminista pode interferir, ou se interferiu no processo de saúde doença das mulheres.

Notadamente o feminismo tem a capacidade de empoderar às mulheres. Conforme Tiburi (2018) isso se dá pelo fato de ser o feminismo uma filosofia capaz de mostrar às mulheres a forma perversa como o patriarcado sempre as objetificou e as colocou em posição de inferioridade em relação ao homem. É atribuição dada a este movimento a capacidade de “descortinar” ao mundo a falta de direitos imputado as mulheres durante milhares de anos. Além disso, esse movimento teve ainda a importante tarefa de discutir sobre os direitos das mulheres sobre seus corpos.

Por fim, as filósofas feministas contemporâneas vêm dando valiosas contribuições ao debate sobre as construções sociais atribuídas ao gênero e como as sociedades têm reproduzido essas construções sob uma perspectiva sexista.

Dessa forma, têm-se nas teorias feministas importantes ferramentas de promoção de saúde, tendo em vista o caráter emancipador que tais teorias podem proporcionar as mulheres. Se tomarmos como referência o conceito ampliado de saúde, o qual envolve aspectos mais relevantes do que a simples ausência de doença, como acesso a lazer, cultura e aspectos psicossociais, encontraremos na filosofia feminista a defesa de tais características, ainda que de forma indireta.

Assim, quando mulheres reivindicaram direito ao voto e maior participação na esfera política, estavam defendendo a ideia de que as mulheres não se sentiam contempladas de forma direta pelas políticas públicas. Quando reiteraram que o domínio das estruturas dos estados pelo homem, numa relação de poder perpetrada pelo próprio homem, estão mostrando ao mundo como o patriarcado não enxergava a mulher como cidadã. Um estado que não as enxerga em suas essências não pode elaborar políticas públicas, inclusive de saúde, que possam abarcar suas reais necessidades. Talvez disso resulte o fato de por muito tempo todas estas políticas tenham se voltado para questões relacionadas à maternidade, bem como ao controle de natalidade e não à mulher.

Ademais, quando as feministas propuseram a emancipação do seu corpo, a desvinculação deste de forma direta da maternidade e disseram que cabia a elas a elaboração de um projeto de vida próprio, que não necessariamente se vincularia a uma casa, marido e filhos, estas mulheres estavam reivindicando o direito de decidir sobre os aspectos que poderiam influenciar de forma direta ou indireta sua capacidade

de se manter saudáveis.

Os aspectos acima relacionados se inserem na esfera micro, que nós chamaremos de individual, das questões de saúde. Na esfera macro (universal) as feministas, sobretudo as das décadas de 60, 70 e 80 se inseriram em importantes movimentos sociais, como a reforma sanitária no Brasil, que tinham como pauta proporcionar melhores condições de vida e de saúde a população.

No contexto contemporâneo, as teóricas feministas vêm se apropriando das questões de saúde atreladas as construções sociais em torno do gênero, desvendando em como este não pode ser atribuído apenas a uma questão sexual. Dessa forma, o gênero o qual alguém se identifica algumas vezes não corresponde ao sexo biológico com que se nasce. Com isso, têm tentado sensibilizar as pessoas a essa questão, de forma, que ações coercitivas, preconceituosas e de violência possam ser mais bem trabalhadas como questões de saúde.

Tudo isso, representa como o feminismo e suas teóricas sempre estiveram atentos as questões relativas a sua própria saúde, mesmo que isso em alguns momentos não tenha sido uma pauta clara do movimento. Assim, percebe-se que falar sobre o diálogo das teorias feministas com o campo da saúde deve ser uma constante no movimento, pois este tem potencial para promover a saúde das mulheres em todas as suas esferas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

BARCELLA, Laura; LOPES, Fernanda. **Lute como uma garota: 60 feministas que mudaram o mundo**. Trad. Isa Mara Lando. [recurso eletrônico]. São Paulo: Cultrix, 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 3. ed. Trad. Sérgio Milliet. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. **Movimentos Feministas**. *Insurgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, v. 1, n. 1, 2015, p. 198-210. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/16758/11894>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3.ed. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo, Paz e Terra, 2001. v. 2.

CISNE, Maria; GURGEL, Telma. **Feminismo, Estado e Políticas Públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres**. In: *SER Social*, v. 10, nº 22, janeiro a junho der 2008, 69-96. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/18/15](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18/15)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

COSTA, Suely Gomes. **Onda, Rizoma e Sororidade como Metáforas: representações de mulheres e**

dos feminismos. (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). Revista IINTERThesis, Florianópolis, vol. 6, n. 2, 2009. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n2p1>>. Acesso em 20 abr. 2018.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. Rev. Sociol. Polít., v. 18, n. 36. Curitiba, 2010, p. 135-146.

EISENSTEIN, zillah R. **Patriarcado Capitalista Y Feminismo Socialista**. 1. Ed. Siglo XXI Editores, 1980. ISBN: 968-23-0559-4.

FREITAS, James Deam Amaral. **Práticas Sociais E Identitárias: (Re) Configurações Linguísticas**. Revista Baiana de enfermagem. v. 29, n. 1 (2015). Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/13587/9535>>. Acesso em: 15 de mai. de 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 1988.

GANDHI, Anuradha. **Sobre as correntes filosóficas dentro do movimento feminista**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 2018. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1KxNZLMXuBpnrNlpU34MEVx3IpsSgXCsn/view>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. Editoração eletrônica: Eduardo Seiji Seki. 3 ed. São Paulo: Claridade, 2015. 120 p.

GOMES, Gisele Ambrósio. **História, Mulher e Gênero**. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2015. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2011/09/HIST%C3%93RIA-MULHER-EG%C3%8ANERO.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MACEDO, Ana Gabriela. **Pós-feminismo**. Rev. Estud. Fem. Florianópolis, vol.14, no. 3. Set./Dec., 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2006000300013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300013)>. Acesso em 20 abr. 2018.

MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2014.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças**. Crítica Marxista, São Paulo, n. 11, p. 89-97, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000152&pid=S0104-026X201000020000900018&lng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000152&pid=S0104-026X201000020000900018&lng=es)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. Revista História, São Paulo, v. 24, n.1, p.77-98, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Rev. Sociol. Polit. Curitiba, vol.18, no.36, jun 2010.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu

Abramo, 2004.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. **As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no Direito brasileiro.** In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM HELDER CÂMARA. Florianópolis: CONPEDI, 2015, p. 328-355. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fs1345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

SWAIN, Tania Navarro. **Quem tem medo de Foucault?:** Feminismo e a destruição das evidências.[recurso eletrônico]. Brasília, 2017.

TAVARES, Manuela. **Feminismos:** percursos e desafios. 1. Ed. Alfragide: Texto Editores, 2011. Disponível em: <[http://pdf.leya.com/2012/Jan/feminismos\\_percursos\\_e\\_desafios\\_tpyf.pdf](http://pdf.leya.com/2012/Jan/feminismos_percursos_e_desafios_tpyf.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil e Outros Ensaios.** São Paulo: Editora Alameda, 2017. p. 302.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum:** Para todas, todes e todos. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos ventos, 2018.

TORRES, Maximiliano. **Desafios Do Feminismo:** um movimento sempre em movimento (Teoria, Prática e Política). Casa de Machado - Revista do Departamento de Letras, v. 1, p. 96-123, 2011. Disponível em: <[http://famanet.br/scriptio/wp-content/uploads/revistas/desafios\\_%20do\\_feminismo\\_um\\_movimento\\_sempre\\_em\\_movimento\\_teorica\\_pratica\\_e\\_politica.pdf](http://famanet.br/scriptio/wp-content/uploads/revistas/desafios_%20do_feminismo_um_movimento_sempre_em_movimento_teorica_pratica_e_politica.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2018.